



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exposição em língua estrangeira

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Boa noite a todos, a todas e a todes. Muito bom ter vocês por aqui ocupando esse espaço tão importante que é a Câmara Municipal.

Peço para todos se sentarem para iniciarmos esta audiência pública.

Eu sou a Luna Zarattini, sou presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, e estou aqui com a Vereadora Jussara, Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que irá conduzir esta audiência.

Declaro aberta a segunda audiência pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, que conta com a presença dos seguintes Vereadores, regularmente convocados: eu, Luna Zarattini, a Vereadora Jussara Basso, e a Vereadora Ely Teruel, que está *on-line*.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Já temos a presença de algumas pessoas.

Passo a presidência desta audiência pública à Vereadora Jussara Basso, para que conduza a reunião, componha a Mesa.

Agradeço. E fico à disposição para ouvir todas as demandas; e que esta comissão está à disposição das políticas públicas para imigrantes, para conseguirmos construir uma cidade de fato democrática para todos e para todas.

Muito obrigada pela presença de vocês. A participação de vocês é o que faz a nossa cidade ser melhor. Obrigada. E sintam-se sempre bem-vindos a esta Casa.

- Assume a presidência a Sra. Jussara Basso.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Boa noite àqueles e àquelas que também nos acompanham *on-line* pela TV Câmara.

Quero agradecer a presença da nossa Presidenta Luna Zarattini e também daqueles e daquelas que se inscreveram de forma *on-line*.

Iniciamos a audiência pública da noite de hoje.

É importante ressaltar que no momento em que nós estamos em enfrentamento, há quatro anos, de desmonte dos direitos daqueles e daquelas que nasceram em nosso país, também é importante fazermos um enfrentamento no sentido de garantia de direitos daqueles e daquelas que escolheram o nosso país para morar. Nesse sentido, é importantíssimo salientar que esta audiência pública traz um debate de direitos trabalhistas, de direito à saúde, à educação, a uma permanência efetiva, fazendo parte de fato de tudo aquilo que a nossa constituição prevê. Todos nós somos iguais perante as leis deste país e, por isso, precisamos ser tratados da mesma forma, independentemente de em qual país nascemos, somos iguais; para que possamos tocar as nossas vidas e com todos os nossos direitos garantidos.

Para compor a Mesa, chamo os Srs. Henry Otti, representante dos povos imigrantes no Município de São Paulo; Roberto Oliveira, representando a Deputada Estadual Leci Brandão; Egídio, que representa a Assessoria da Ouvidoria; Genivaldo Antônio, da Subprefeitura da Sé; Carla Mustafa, da OAB de São Paulo; Bryan Rodas, representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos; e, de forma *on-line*, contamos com a presença da Dra. Amanda Cristina, da Defensoria do Distrito Federal. Ainda para compor a Mesa, chamo a Sra. Benazira Djoco, membro do Conselho Presidencial e Coordenadora-Geral do Comitê dos Imigrantes e Refugiados.

A Vereadora Ely Teruel também é membra da nossa Comissão de Direitos Humanos na Câmara e está presente de forma *on-line*.

Vamos iniciar a nossa audiência pública de hoje pedindo que os nossos convidados se apresentem e façam uso da palavra por cinco minutos. Após, abriremos as inscrições para que façam uso da palavra por até três minutos.

Registro a presença da nossa nobre Vereadora Luana Alves, presente em nossa

plenária.

Nobre Vereadora, fique à vontade para compor a Mesa.

Iniciamos com a intervenção do Sr. Roberto de Oliveira, representante do gabinete da Deputada Leci Brandão, que também é uma das pessoas que requereram essa audiência do dia de hoje.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA – Boa noite, povo.

Quero agradecer à Vereadora Jussara, que acolheu prontamente o pedido da sociedade civil. E eu posso citar o nome da Sheila – Sheila, levante a mão.

Esta reunião é para tratar da situação dos povos africanos, em especial, no Centro de São Paulo. E vou historicizar, para termos uma ideia de como surgiu a audiência.

A partir de uma provocação de um coletivo da Galeria Presidente, localizada no Centro de São Paulo, esse diálogo que nós fizemos em mais de uma, duas ou três reuniões, apontou dificuldades no diálogo dessa população residente no Centro com o Poder Público, sendo ele municipal, estadual ou do âmbito federal. Nós avançamos numa série de diálogos, de conversas, e foi apontada a necessidade de se ampliar essa conversa, essa prosa, para além do universo da população de povos africanos que ficam localizados na Galeria, mas também com outros povos e com o Poder Público.

O diálogo iniciou por intermédio do mandato da Deputada Estadual Leci Brandão.

Aproveitamos para pedir desculpa: a Deputada está afastada por questões de saúde; mas está acompanhando a audiência.

A mandata da Vereadora Jussara Basso e, posteriormente, o mandato do Deputado Federal Orlando Silva, que tem um projeto de lei que trata sobre a questão do acolhimento dos povos imigrantes e refugiados no Brasil.

A partir dessas rodas de conversa, fomos identificando os problemas de entendimento sobre o papel do Poder Público [com relação a] essa população, problemas do olhar do Poder Público a essa população, ora criminalizando, ora essa população sendo objeto do racismo institucional e ora da desinformação total, tanto do Poder Público – sobre o tamanho

dessa população, sobre o que ela representa e de onde vem – quanto da população com relação ao papel e quais órgãos públicos afirmativos existentes na cidade de São Paulo para atenção a essa população.

Estabelecemos conexões no âmbito do Governo do Estado, a partir do diálogo que o mandato da Deputada Leci Brandão tem feito, que é o diálogo com a segurança pública, em especial, por meio das ouvidorias da polícia, e no âmbito municipal, com a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria da Justiça e outras Secretarias que têm responsabilidades no acolhimento dessa população.

Então, a preocupação, hoje, senhoras e senhores – e dirijo-me à Mesa, em especial –, é colocarmos aqui o problema, compreendermos as dimensões desse problema e buscarmos, coletivamente, como construir uma agenda afirmativa para essa população, não só no enfrentamento ao racismo institucional que essa população sofre, mas também à invisibilidade do papel do Poder Público para essa população. Ela não enxerga o Poder Público. Nesse não enxergar o papel público, outros atores acabam atuando como despachantes dos direitos dessa população.

Vereadora Presidenta, para nós, é muito importante esta audiência ocorrer no ambiente da Comissão de Direitos Humanos, porque, aqui, minimamente, já cumprimos uma meta de apresentar essa demanda de forma organizada e consistente ao Poder Público, que se representa, em especial, na Câmara Municipal. Então, é o que esperamos hoje e eu peço aos senhores e senhoras que fiquem à vontade, no sentido de apresentar suas angústias, suas preocupações, sem medo quanto a se ferir ou não qualquer relação que se possa ter com o Poder Público nesta cidade. Oficialmente, o Poder Público assume, a partir da Comissão de Direitos Humanos, o papel de olhar afirmativamente para os problemas que os senhores e as senhoras têm. Nós precisamos que os senhores se manifestem e nos apresentem caminhos, para que se possa cumprir, no Legislativo, em especial, com aquilo que é de sua responsabilidade.

Espero que tenhamos uma boa noite de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Eu quero registrar a presença do Major Vilardi, da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que também irá compor a nossa Mesa.

Antes da próxima oradora, a Vereadora Luana Alves irá fazer uma breve intervenção.

A SRA. LUANA ALVES – Muito rapidamente, Vereadora Jussara Basso, não vou ocupar lugar à Mesa, pois sei que vai chegar mais gente.

Quero, enfim, parabenizar a iniciativa desta audiência pública em um dia tão importante para as pessoas negras, para as mulheres negras. Sabemos que, quando falamos da questão da imigração, dos problemas relacionados ao acolhimento, não falamos de um problema generalizado. Falamos de um problema que tem a ver com racismo, com a discriminação que existe no Brasil contra pessoas de origem africana e de origem indígena. Na cidade de São Paulo, quando falamos da questão da imigração, da violência, da desigualdade de tratamento nos serviços públicos, estamos falando, sobretudo, dessa questão e eu sei que isso vai ser muito bem abordado aqui.

Também não me sento à Mesa, porque acredito que vai chegar a Presidente do Conselho Municipal das Pessoas Imigrantes, que é a Dra. Hortense. Quero rapidamente destacar o papel que tem tido o Conselho Municipal diante de um desfinanciamento da Coordenadoria para as pessoas imigrantes. Eu sei que existe uma questão que não é da Secretaria, que é da gestão, que é da Prefeitura. Estou vendo o Sr. Bryan. Sei que quem está na Coordenadoria faz um trabalho excelente, com os instrumentos que tem, mas falta financiamento para as políticas. Falta financiamento, inclusive, para a Coordenadoria, que é vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Diante disso, o próprio conselho cumpre um papel de um trabalho voluntário, de estar ali, nas bases, conversando com os imigrantes, com as mulheres das diversas nacionalidades, para levar para a Secretaria os problemas que acontecem. Nesse sentido, quero referendar o conselho e o papel muito importante que ele tem, de receber demandas e denúncias, bem como da acolhida. Tenho certeza de que vai ser um grande parceiro, também, deste trabalho que se está fazendo na Comissão de Direitos Humanos.

Quero, também, deixar a Comissão de Saúde à disposição.

Parabéns, mais uma vez, à Vereadora Jussara Basso e, também, à Vereadora Luna Zarattini, pela iniciativa desta audiência.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Obrigada, Vereadora. Passo a fala, agora, para a Sra. Carla Mustafa, da OAB de São Paulo.

As inscrições já estão abertas. Para quem quiser fazer o uso da palavra, por favor, à mesa logo em frente à porta de entrada estão sendo feitas as inscrições.

A SRA. CARLA HERMINIA MUSTAFA BARBOSA FERREIRA – Uma boa noite a todas e a todos. Eu sou Carla Mustafa. Sou Coordenadora do Núcleo de Imigrantes e Refugiados da Comissão de Direitos Humanos da OAB/São Paulo. Nesta data, justamente, que marca o Dia da África, é extremamente importante estarmos aqui, lembrando que, inclusive, são um compromisso institucional da OAB a promoção e a defesa dos direitos humanos, mas, principalmente, a luta por justiça social. Não alcançamos a defesa dos direitos humanos e a justiça social se não pensarmos no princípio da igualdade.

Quando nós falamos, principalmente, na questão migratória, nós estamos falando de pessoas com variados perfis, muitas vezes, que chegam ao país com uma ideia de um país acolhedor, que, de certa forma, possibilita a vinda e a permanência, mas o que nós percebemos no nosso dia a dia é uma questão não só de xenofobia, eu diria. É, entretanto, um racismo estrutural e institucional, que é muito de um reflexo da nossa sociedade, extremamente desigual e racista, e nós temos uma dívida histórica, tanto com os povos indígenas que aqui já estavam, assim como as populações e os povos africanos. Então, não há como pensar em migração e defesa de direitos humanos se nós não pensarmos também no fortalecimento dessas comunidades.

Mais, ainda: eu sempre costumo dizer que nós não precisamos dar voz aos migrantes, sobretudo às comunidades africanas. Nós precisamos de escuta, porque eles já gritam há muitos anos. A discriminação é cotidiana e ela começa desde o momento em que a pessoa vai solicitar a sua documentação até o seu dia a dia, nas questões simples. Então, a

violência é estrutural, institucional, e acontece todos os dias. Nós sabemos que, considerando as populações vindas de países africanos, bem como a comunidade haitiana, também pensando nos povos latino-americanos, nos indígenas, esse recorte racial se torna ainda mais evidente. Então, nós não podemos falar em preservação de direitos, em promoção de direitos, se nós não tivermos esse olhar cuidadoso, principalmente, com as populações em situação de vulnerabilidade.

Este é um espaço não só de nós repensarmos o que é possível mudar, mas também de sermos propositivos, de estarmos aqui, abertos ao diálogo. Então, quero agradecer imensamente esta oportunidade de dialogar, mas menciono o protagonismo da população migrante refugiada, principalmente aquela que é mais marginalizada, aquela que é mais excluída. Acredito que esse vai ser um debate extremamente importante. É um primeiro passo, uma primeira conversa, mas que vai render frutos muito bons.

Então, não conseguimos pensar em migração, em refúgio, se não pensarmos em populações em situação de vulnerabilidade, principalmente nos povos vindos da África e do Haiti, bem como nos indígenas. O que nós propomos é, justamente, não só implementar aquilo que já está previsto na própria Lei de Migração, que fala da não discriminação, mas também pensar como nossa sociedade modifica alguns comportamentos. Geralmente, quando nós falamos, principalmente, de alguns recortes, de povos africanos, são pessoas que muitas vezes têm um perfil qualificado que tem graduação, mas também uma dificuldade enorme de revalidar seus diplomas, de atuar nas suas áreas de formação, porém, que têm muito a contribuir com a população e com a sociedade brasileira.

Então o que estamos fazendo com relação não só a esse perfil, mas também às pessoas que vêm aqui em outros contextos como nós falamos: sobre os solicitantes de refúgio, os refugiados, pessoas que vêm em situação de graves e generalizadas violações de direitos humanos, de perseguição, e como o Brasil, enquanto estado, tem se comportado nessa recepção? O Brasil tem essa imagem de país acolhedor, mas, na prática, sabemos que a situação é bem diversa.

Temos de promover também essa mudança a partir da sociedade e a sociedade civil tem desempenhado um papel muito importante de avanço nessas discussões e, acho que cabe mesmo essa união de esforços, tanto da sociedade civil, como do Poder Público nas mais diversas esferas, para a construção, realmente, de uma sociedade mais justa.

Quero também me colocar à disposição, assim como o Núcleo de Imigrantes e Refugiados da Comissão de Direitos Humanos da OAB SP. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) - Por gentileza, agora, o Sr. Henry Otti, representante dos povos imigrantes no município de São Paulo. O senhor tem a palavra.

O SR. HENRY OTTI - Boa noite a todos os Vereadores e Vereadoras e convidados. É uma honra estar aqui com vocês, nesta noite, para falar sobre a minha história e as dificuldades que nós, imigrantes e refugiados, enfrentamos na cidade de São Paulo.

Me chamo Henry e venho da Nigéria. Estou aqui no Brasil há mais de três anos. Há 15 anos, depois de me formar em Ciências Políticas e, infelizmente, venho de um país que não tem muitas oportunidades para conseguir emprego, então decidi sair de meu país.

O pensamento de procurar uma vida melhor, fora do meu país, foi a única opção que tive naquele momento, e, por isso, estou aqui no Brasil, para procurar uma vida melhor.

Por meses tentei várias oportunidades, fiz várias amizades e, através de uma delas, muito importante, comecei a procurar cursos e eventuais alternativas e só de estar à frente das possibilidades já foi uma grande oportunidade na minha vida. O Brasil é um dos membros da ONU que acolhe imigrantes e refugiados, que fogem das perseguições políticas e econômicas na África e em tantos outros países do mundo.

Só que, ainda assim, existem algumas dificuldades na parte de integração em São Paulo, lembrando que a cidade recebe muito mais refugiados do que outros estados do Brasil. Algumas dessas dificuldades são: a língua portuguesa, que é uma língua difícil de se aprender, o que leva, em média, dois anos para conseguir falar; conseguir a documentação, muitas vezes o que é apenas um papel, mas muito considerado pela sociedade civil, bancos, escolas e até para abrir uma empresa.

Quase 85% dos imigrantes e refugiados possuem negócios nas galerias, mas sofrem ameaças das autoridades e dos próprios indivíduos que querem fechar esse ponto, mas que, de início, contribui muito para a integração econômica dos imigrantes. Com isso, muitos que desejam investir, ficam com medo. O racismo e o preconceito também dificultam a integração de imigrantes e refugiados. Há racismo no metrô, nas ruas, nas escolas e também nas lojas.

Podemos relacionar isso com o caso do Vinicius Júnior, jovem negro e muito trabalhador, sendo abusado com injúrias raciais, isso que aconteceu na Espanha também aconteceu com alguns dos imigrantes no Brasil.

Quando a Sra. Sheila me convidou para fazer parte desse projeto, fiquei feliz porque é mais uma oportunidade de apresentar os desafios dos imigrantes africanos, principalmente daquele que tem negócios na cidade de São Paulo.

Obrigado a todos pela atenção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) - Obrigada, Henry. Vou pedir, agora, à Sra. Benazira que faça uso da palavra.

A SRA. BENAZIRA DJOCO - Olá, boa noite a todos e a todas. Para começar, gostaria de agradecer e lembrar que a data de hoje, quando estamos aqui para dialogar, é um dia fundamental, pois marca o que, há 60 anos, marcou a África.

Quero também trazer à memória de todos que o continente africano tem suma importância, no Brasil, e ainda assim não temos ações positivas, o que dói muito. Dói, porque, assim como foi mencionado por um irmão, o caso do Vinicius Júnior ainda acontece nos dias de hoje.

Porém, perceber que há políticos e muitos da sociedade que estão conosco isso nos dá muita esperança. Em nome do Comitê dos Imigrantes e Refugiados pelo Sindicato, o qual que coordeno, e enquanto um elemento, um membro, do conselho que foi reativado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que estamos mesmo indo para um avanço.

É necessário que nós, enquanto imigrantes, possamos estar nesse lugar para que dialoguemos, assim como estamos fazendo agora, pensando e levando pautas para discutirmos

não só aqui em São Paulo, afinal sabemos que a questão imigratória não se resume ao estado de São Paulo, mas ao Brasil inteiro.

Faço também um pedido, Vereadores, meu amigo Bryan, no sentido de criarmos pautas e levá-las para o Governo Federal e trazer também provocações que os africanos precisam ocupar seus espaços. Não mais que falem por nós, porque tem esse momento de escuta. Quem tem de falar por nós somos nós mesmos. Quem tem de falar sobre nossas dores, mazelas, somos nós. Não ficar na plateia, ouvindo o tempo todo. Realmente nós nos cansamos. Nos cansamos de ver os buracos sendo tapados e os problemas não são solucionados.

E os problemas não são solucionados realmente porque não tem a escuta que merecemos. Realmente não há momento para que possamos dialogar e discutir. O que custa chamar e conversar?

E a questão de o Brasil ser um país acolhedor, eu acho que está na cara que o Brasil escolhe quem são os imigrantes que ele quer acolher. Os imigrantes africanos, pela questão histórica, nós não invadimos, em 1500, o território brasileiro. Todos sabemos muito bem.

Foi o nosso continente que foi estuprado e violentado pelos direitos humanos para trazer os africanos para virem trabalhar. E sabe como fomos pagos? Com uma carta de alforria. Mas como é que se dá uma carta, lá, em 1888, para uma pessoa que você se nega a ir para a escola junto, até mesmo ir para a academia. Ah, mas as pessoas queriam dar a carta de alforria. E até hoje há essa luta. Estamos tentando dizer de forma explícita que nós não somos, realmente, os excluídos; e nós não precisamos mais nos mantermos como plateia enquanto estão construindo sejam leis, seja pauta sobre nós sem nos escutar. Então fico muito feliz em saber que há momentos como este, em que estão sendo criadas oportunidades para dialogarmos. Que tenhamos mais momentos e que outras Benaziras sejam ouvidas.

E também que se criem oportunidades para que os imigrantes africanos realmente mostrem a potência que são. Nós não somos só feitos de gente que traz seus negócios de esculturas do continente africano. Temos gente que fala cinco, oito línguas ou mais, tem gente com diploma, mas ao chegar aqui o único emprego... Você que é empresário, reveja o conceito

da sua empresa, não nos coloque no lugar de servir café, porque somos formados e somos formadores de opinião. Também somos pessoas que votam. (Palmas)

É preciso ver essa questão, porque recentemente estávamos conversando sobre uma das coisas que me deixou indignada. Recentemente houve o encontro da cúpula do G7 e em todo momento, com muita tristeza, só se falava da guerra na Ucrânia e Rússia. E o Sudão? E a República Dominicana do Congo? Por que não se fala sobre isso?

Então eu acho que hoje saímos daqui realmente pensando a África como berço da Humanidade, como potência não mais para explorar, mas sim para somar. É isso que estamos fazendo aqui. Somos um agente não só transformador, mas um agente potente aqui no Brasil e estamos à disposição para somar. Então, se vocês precisarem da gente não só na Casa, porque esta Casa também é nossa, nos chamem para conversar, nos chamem para termos participação ativa na criação do que se refere a nós mesmos. Que tenhamos também oportunidades, assim como dão oportunidades aos imigrantes europeus de olhos claros e cabelos lisos. Nós não precisamos disso, mas precisamos que se criem oportunidades para que juntos possamos seguir, porque, como diz a Constituição Brasileira, esta Nação é também nossa, como imigrantes.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada, Benazira. Nós, negras, negros que nascemos no Brasil, ainda todos os dias lutamos para provar que somos capazes de muito mais além de varrer chão e servir cafezinho. Então é muito necessário unir essas lutas, porque o racismo infelizmente ainda continua nos matando também aqui.

Quero registrar, por favor, a presença da Sra. Hortense, Presidente do Conselho Municipal de Imigrantes e, antes de dar a palavra para os demais representantes do Poder Público, gostaria de passar a palavra para ela. Sra. Hortense, por favor. (Palmas)

A SRA. HORTENSE MBUYI MWANZA – Boa noite para nós todos. Desculpem, hoje é um dia corrido, o Dia da África, vários eventos, muitas coisas. Eu estava numa audiência aqui na parte da manhã, aí é bem corrido mesmo. Peço desculpa pelo atraso, porque é muita coisa

para mim.

Eu acho que a irmã Benazira já falou de toda a articulação sobre os imigrantes africanos, sobre os africanos. Não é só agora que fazemos isso. A gente está falando há muito tempo, faz tempo mesmo. É uma luta, porque ao chegar no Brasil nós, imigrantes negros, a gente abraça os desafios dos negros africanos, é automático; e a gente abraça algo que a gente ignora, coisas que a gente não entende.

Essa questão do racismo, na África negra, de onde viemos, não existe e talvez, no Brasil, nós passemos por essa situação sem entender que estamos sendo vítimas de discriminação racial, porque não conhecemos isso. É uma nova aula para nós, infelizmente uma aula bem negativa, bem difícil.

Eu não vou me alongar falando de políticas públicas. Cada comunidade de imigrantes e refugiados tem dores e demandas particulares. A comunidade imigrante é muito grande, mas as dores e as demandas não são as mesmas. Precisa ter espaço para todas, uma representação inclusiva de todas as comunidades.

O que os brasileiros chamam de racismo institucionalizado é algo que precisa ser combatido, que precisa ser tirado da sociedade porque não tem valor para estar no nosso... E quando a gente fala, repete, eu me sinto muito mal. Quando ouço sobre o racismo institucionalizado, eu acho que é uma continuidade do sistema de escravidão, é uma escravização disfarçada que continua, em que não se pode dar espaço para aquele, aquele não pode falar, porque é uma circunstância agravante, uma circunstância agravante por causa da tinta, da cor da pele.

Hoje no Brasil, nós, imigrantes, observamos é essa discriminação que o Brasil tem. A imigração no Brasil é selecionada, tem imigrantes desejáveis e imigrantes indesejáveis. No meio dos imigrantes indesejáveis ficamos nós, negros, africanos. Nós que passamos por essa dificuldade. Até mesmo falar de política pública que está sendo construída no município de São Paulo, quem tem demanda dessa política são os imigrantes vulneráveis, os imigrantes negros, os imigrantes de origem indígena, latina, porque há seleção.

Vai ver quem fica na fila, quem está na demanda, quem está sofrendo, quem está com dificuldades, para quem não é aplicada a lei, porque na questão imigratória temos muitas: é portaria, é lei, é tudo isso, mas a efetividade na aplicação disso tudo não existe, a gente não vê. Quando eu cheguei ao Brasil, tudo era projeto, era projeto de lei, era projeto não sei o quê. Hoje temos isso tudo bem estabelecido, mas na prática não se sente, na prática não dá para ver. Eu acho que é melhor reconstituir isso, rever o espaço para os negros.

Desde que estou aqui vejo como está sendo feita a integração social no Brasil. Quem não está conseguindo mais fazer a integração por falta de oportunidades são os imigrantes negros. Isso acaba ficando muito estressante para alguém que vem de fora, que vem de um lugar onde o que ele está enfrentando agora não existe. A gente acha absurdo. Eu não entendo como uma pessoa pode discriminar por causa da cor da minha pele. Parece que a gente não tem perfil, a gente não tem o que falar, a gente não tem valor. Acho que são coisas pertinentes que a gente precisa rever no município de São Paulo.

A questão que quero abordar agora, também sobre integração e pelo que lutei bastante, é a de moradia. Eu queria pontuar bastante sobre isso, porque é uma questão que me atrapalha muito, chegou a me atrapalhar muito nos últimos dias. A minha gestão como Presidente do Conselho Municipal de Imigrantes está chegando ao fim. Nem vou falar muito das políticas públicas, porque durante toda a minha gestão tive tempo de falar demais, dar entrevistas, falar nas reuniões, nas reuniões extraordinárias. Quem conseguiu acompanhar já ouviu a minha fala e sabe da minha luta.

Agora eu quero pontuar bastante sobre a questão de moradia. Já que o Brasil não acolhe, o Brasil só recebe, eu quero fazer essa diferença, porque há uma diferença entre acolher e receber. Nesse recebimento no Brasil, que recebe qualquer imigrante como se fosse cidadão brasileiro, eu quero falar do mito de um Brasil acolhedor. Recebe qualquer imigrante como se fosse cidadão e não oferece o mínimo, o básico dos direitos humanos, e a moradia faz parte desses direitos. (Palmas)

É só no Brasil que você encontra refugiados sem teto. Eu falo de refugiados; não

estou falando de quem está pedindo refúgio, mas de refugiado, aquele que tem esse estatuto concedido pelo Governo Brasileiro. É bem complicado.

Aqui no centro estão nascendo ocupações de imigrantes, e os imigrantes que estão ocupando os prédios vazios são os pobres abandonados; cuja maioria, 98%, é de imigrante negro, que está abandonado, que não tem ninguém para orientá-lo ou acolhê-lo. São esses que estão nas ocupações, onde sofrem maus-tratos.

Quando eu conheci os movimentos de moradia, eles lutavam por moradia efetiva, mas hoje virou um negócio, e os imigrantes negros estão vivendo no meio desse perigo, com o do pessoal do PCC e com presidiários, e só as pessoas que têm coragem forçam e conseguem ocupar prédios. Uma maldade, algo que eu acho muito grave é que eles ocupam junto com os imigrantes, mas eles cobram dos imigrantes que ficam. Ocupa com uma pessoa e depois cobra dela para ela conseguir ficar no espaço? E o que eles cobram não é uma contribuição, como as outras ocupações, mas aluguel. Eu conheço ocupações onde os imigrantes são cobrados dessa contribuição com arma na cintura. Chegam na porta e já mostram a arma na cintura para ele pagar. Quantos não passam essa humilhação? Eu sei de um caso de imigrantes negros que, na semana passada, apanharam, e eu acho que toda essa violência e essa brutalidade pelas quais têm passado os imigrantes negros têm que acabar. A política pública de moradia tem que ser revisada para se conseguir dar apoio a essas pessoas, para se conseguir estabelecer esse direito que está sendo violentado.

Já que temos a presença da nossa Vereadora, a quem eu agradeço por estar com a gente, eu quero falar também sobre a humilhação que a gente passa hoje na Polícia Federal quando vamos pedir a veracidade de um documento que sai das embaixadas africanas. Isso é uma falta de respeito. Sobre questão de reunião familiar, os imigrantes negros que vêm de países africanos que não conseguem fazer o processo da reunião familiar, porque o Brasil está fechando as portas para a gente. Quando as pessoas que têm o direito de reunir as suas famílias, passam por todo o processo no Conare e no Itamaraty e tudo certo, mas, quando chegam no país de origem, aí o Brasil diz que aqui tem uma lei que reconhece a última decisão do embaixador que

está representando o Brasil naquele país, que tem o direito de conceder ou não um visto humanitário. Que paradoxal. E quem é vítima disso são os africanos.

Essas duas pautas eram as que eu queria levantar. Eu agradeço.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Tem a palavra o Sr. Bryan Rodas.

O SR. BRYAN RODAS – Boa noite a todos. Em nome da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretária Soninha Francine – que infelizmente não pôde comparecer hoje –, eu quero agradecer o convite.

Para quem não me conhece, meu nome é Bryan Sempertegui Rodas, sou imigrante boliviano no Brasil há 20 anos. É um prazer estar junto com vocês nesta discussão sobre políticas para imigrantes e acolhimento na nossa sociedade.

Quero especialmente saudar todos os africanos que aqui se fazem presentes, já que hoje se comemora o Dia da África, um marco presente na memória pela luta da libertação desses povos. A todos vocês, um abraço fraterno.

Na verdade, a minha fala vai ser um pouco mais informativa no sentido de apresentar o que a Prefeitura e a Secretaria de Direitos Humanos vêm desenvolvendo através da nossa coordenação de política para imigrante e informar que em São Paulo há uma política pública para a população, Lei 16.478/2016, e o Decreto 57.533/2016, que versa sobre a garantia dos direitos para as populações e acesso a serviços para as populações imigrantes, independentemente da sua situação migratória documental. Essa questão vem de um histórico de lutas dessas populações por não serem reconhecidas como sujeitos de direitos neste território.

Quando eu cheguei aqui, em 2002, juntamente com os meus dois irmãos, meu pai e minha mãe, essa discussão das lutas sociais das populações imigrantes ainda estava engatinhando. Por isso, é importante reforçar que a existência dessas políticas hoje em dia também são fruto das caminhadas, minha, dos meus pais e de muitos de vocês.

A Coordenação da Secretaria de Direitos Humanos promove o cumprimento dessa

política de maneira transversal, intersetorial e participativa e é o principal instrumento que a Secretaria de Direitos Humanos desenvolve. Os seus princípios e diretrizes são a igualdade de direitos e oportunidades entre brasileiros e imigrantes e o acesso à universalização dos serviços públicos, bem como a isonomia no tratamento das comunidades imigrantes, considerando as especificidades dos fluxos migratórios.

Tendo em vista esses princípios e o caráter de responsabilidade compartilhada entre todos os órgãos que compõem o Executivo, ou seja, todas as Secretarias, e dentro das atribuições da Secretaria de Direitos Humanos, destaco as principais políticas de acolhimento e referenciamento das populações para serviços e a garantia dos seus direitos. Nesse sentido, a Coordenação faz a gestão do Centro de Referência ao Atendimento para Imigrantes, uma das principais políticas de acolhimento na cidade de São Paulo, o CRAI Oriana Jara – nome de uma das principais ativistas pelos direitos das populações imigrantes, que infelizmente nos deixou em 2020 –, um equipamento público que oferece serviços gratuitos para todas as populações imigrantes em termos de regularização migratória. Todos os imigrantes que estão em situação irregular podem procurar o CRAI – que nesta reunião está representado pela Aline e pela Laís – para receber um atendimento intercultural e acolhimento linguístico para a regularização migratória em mais de seis idiomas, pois o Centro conta com atendentes que falam as línguas árabe, espanhola, francesa e crioula haitiana. Então, sintam-se à vontade para procurar esse serviço gratuito de direitos de todos. Para além do serviço de regularização migratória, o CRAI também oferece atendimento jurídico e psicossocial dentro de uma perspectiva de atendimento multidimensional para essas populações. Além disso, também possui uma unidade móvel.

Enfim, das diversas atividades que a Coordenação desenvolve, destaco o diálogo com os diferentes atores do Poder Público Municipal, como a Secretaria de Saúde, por meio de tradução de materiais em prol do acesso ao serviço intercultural para a população imigrante, a participação no Grupo de Trabalho de Saúde do Imigrante e mutirões realizados para trabalho e renda no CRAI em toda primeira sexta-feira do mês, quando se desenvolve atividade de trabalho e renda para essa população. Então, procurem o CRAI também para terem referenciamento de

serviços oferecidos lá, além de outros disponibilizados pelo município para essa população.

Como meu tempo está acabando, das várias questões que eu poderia ainda abordar, destaco a parceria com a sociedade civil por meio de emendas parlamentares oriundas da Câmara. Só no ano passado, a Coordenação implementou oito emendas parlamentares voltadas à sociedade civil fruto de mandatos, a quem, agradecemos.

Estamos à disposição para trabalhar e articular projetos com a sociedade civil por meio de vocês, além da oferta de serviços de fortalecimento em casos de insegurança alimentar, como é o caso do Programa Cidade Solidária, que, através da Coordenação, já atendeu mais de 17 organizações da sociedade civil que atendem ao público imigrante.

Para finalizar, agradeço o ambiente de participação social e de diálogo social que está se realizando aqui, reforçando que também existe o Conselho Municipal de Imigrantes, que está com as inscrições abertas para candidatos que se interessem em participar desse ambiente participativo, o principal para a população imigrante incidir em termos das decisões do Poder Público e monitorar também as decisões desse Poder Público.

Então, as candidaturas estão abertas até o dia 14, do próximo mês. Populações de imigrantes, sintam-se à vontade. Vou deixar aqui esse panfleto, vou deixar outros materiais também para que vocês possam conhecer um pouco mais das nossas ações, também reforçar que, em termos de relações de direitos, a Secretaria de Direitos Humanos possui uma rede especializada para receber, em caso de violação de direitos, seja violência doméstica, sejam crimes raciais, xenorracismo, que a gente costuma indicar também, através da Ouvidoria de Direitos Humanos e dos diversos centros de referência, como o Centro de Referência da Igualdade Racial, o Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes, o Centro de Referência para Mulheres, a Casa da Mulher Brasileira.

Então, por favor, estou à disposição, continuo à disposição para além desse encontro pontual de vocês e também de todos da Mesa e novamente agradeço a possibilidade de fala e peço desculpas pelo estendido da conversa e sigo à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Só para informar que o Deputado Federal

Orlando está a caminho. O voo dele teve um pequeno atraso no voo dele, mas ele vai chegar dentro de instantes.

Por favor, Egídio, representante da Ouvidoria.

O SR. EGÍDIO ALVES CARVALHO – Muito bem. Boa noite a todos e todas. Eu sou Egídio, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, aqui eu falo em nome do nosso Ouvidor Cláudio Aparecido, que agradece muito a Mesa, na pessoa da nossa Vereadora Jussara e também na pessoa da nossa guerreira, lutadora, Deputada Leci Brandão. Meu amigo, Beto, eu peço a todos uma corrente positiva de saúde para Leci Brandão, nossa guerreira. É uma satisfação enorme.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que a Vereadora Luna Zarattini abriu a sessão dizendo que nós estamos numa audiência de Direitos Humanos. A Ouvidoria da Polícia, ao contrário do que muitas vezes nós achamos, não é órgão de polícia, vou repetir: a Ouvidoria da Polícia não é órgão de polícia. É importante falar isso aqui, Vereadora Jussara, porque muitos de nós, nesta audiência, bem como a população no geral, não sabem de fato o que faz a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. A Ouvidoria foi criada justamente para que ela tenha um papel importante na defesa intransigente dos direitos humanos. Não é possível que nós, uma sociedade democrática, ainda temos situações de violações de direito, seja com quem for.

Nesse Dia da África, o nosso dia, o nosso companheiro lembrou do Vinicius Júnior. São tantos Vinicius Júnior aqui em São Paulo, na periferia, são muitos, inúmeros, milhares, aliás, nas comunidades de favelas, nos guetos, e o Ouvidor Claudinho tem feito um papel muito importante, que é colocar a Ouvidoria a serviço da sociedade, tanto que nós temos um departamento, vamos chamar assim, de expediente, que está agora propondo mudar o nome de expediente para acolhimento. Não é possível que o estado, na presença da polícia, seja um estado presente para gerar violência contra a população. Não.

Nós temos que nos entender, como hoje aqui nesta audiência pública, nesta audiência importantíssima dos nossos irmãos imigrantes, que como já foi falado aqui, vem para

São Paulo. Vejam, a megalópole chamada São Paulo ainda não consegue acolher os nossos imigrantes, 100 bilhões de Orçamento, Roberto, e nós não temos recurso para atender dignamente, como foi colocado pela minha colega aqui da Mesa. Falta política pública para tudo.

Então, queria aqui, com muita responsabilidade, dizer que a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo está à disposição dos senhores e das senhoras, inclusive vou passar o número da Ouvidoria, porque é assim que tem que ser. Por gentileza, tomem nota: 0800 017 70 70. Por que isso? E aí concluo. Porque a Ouvidoria existe para atender a todos e a polícia que trabalha de acordo, ótimo, é obrigação dela, mas aquele policial que não faz o seu papel conforme a legislação também vai ter que responder na lei. Sabe por quê? A lei é para todos igualmente, simples assim.

Então, quero agradecer demais esse convite, dizer que a Ouvidoria está à disposição dessa Comissão, dessa Secretaria e desta Comissão de Direitos Humanos, que tem um papel importantíssimo aqui na Câmara. Estamos juntos para diminuir o sofrimento, tanto dos imigrantes como do povo da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Passo a fala agora para a Vereadora Luna, para a saudação.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Boa noite, novamente, a todos e todas. Tenho ouvido com muita atenção todas as falas e queria saudar essas falas, saudar a Mesa; agradecer a presença de todos e todas e saudar muito a Vereadora Jussara Basso por essa iniciativa, mas também saudar a Deputada Leci Brandão, o Deputado Orlando Silva, que tem feito um trabalho muito importante não só aqui na cidade, mas no Brasil como um todo.

Peço desculpas, porque vou precisar sair justamente até por questões, como foram trazidas aqui, de moradia, de remoções, de despejos, que a gente tem acompanhado. Por isso peço desculpas de não ficar até o final, mas eu tenho certeza de que esta audiência vai ser muito bem conduzida pela Vereadora Jussara.

Digo que a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania está acolhendo todas as

questões, as denúncias trazidas aqui – tragam para a Comissão. É papel desta Comissão escutar e assimilar essa participação que vocês têm trazido e tornado as políticas públicas da nossa cidade muito melhor, por conta dessa participação. Então tragam, a nossa Comissão vai acolher e nós vamos dar prosseguimento a todas as questões e demandas trazidas aqui.

Obrigada. Parabéns pela participação, pelo trabalho, pela luta de cada um de vocês. Vamos seguir juntos e juntas para transformação da nossa cidade. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Genivaldo Antonio, da Subprefeitura da Sé.

O SR. GENIVALDO ANTONIO – Prezada Vereadora Jussara, na qual eu saúdo toda a Mesa. Senhores e senhoras, boa noite. Eu gostaria só de fazer uma síntese, talvez possa até ser injusta, mas eu ouvi até agora um grito de cidadania, eu não vi um grito de exercício de cidadania, eu vi um grito de cidadania. Então, o que eu posso dizer a todos é que eu, como estado, município, a gente representa uma força do Poder Público. Nós estamos à disposição, e me deixou muito preocupado porque a minha carreira toda foi como militar, eu sou Coronel da Polícia Militar. Então, o grito que eu ouvi aqui sobre a questão da criminalidade no núcleo desse gentil público africano, porque a gentileza com que ela colocou as palavras nos deixa emocionados.

Eu me senti compelido a ajudá-la a desenvolver atividade para tentar auxiliá-los a não permitir que o crime os macule. Isso, para mim, chama muito a atenção. (Palmas) Obrigado. Para os demais, eu sinto que muitas vezes a porta do serviço público, de maneira geral, acaba sendo uma atividade de apagar incêndio: quem grita mais ou quem pede mais acaba sendo acolhido. Mas eu confesso a vocês que hoje nós estamos brigando para que esse cenário mude. Então, pelo menos no mapa da Sub Sé, nós estamos à disposição para debater sobre qualquer tipo de problemática que vocês venham a enfrentar, sobre qualquer tipo de problema que a comunidade venha a ter. inclusive nós temos contato com a comunidade da Igreja da Missão da Paz, no Glicério, que atende muito e acolhe os nossos imigrantes que vêm de outras nações; nós estamos à disposição e de portas abertas. Repito – para ser breve -: esse caso que ela

relatou me preocupa, e muito. É importante proteger essa comunidade. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Benazira, convido para que retorne à Mesa caso queira. Eu gostaria de passar a palavra para o Major Vilardi, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O SR. RODRIGO GARCIA VILARDI – Muito boa noite a todos os integrantes da Mesa. Em nome do Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, agradecemos a presença, o convite e a oportunidade de ouvir as demandas e, de juntos, construirmos a segurança pública. A segurança só pode ser pública se for construída em conjunto.

Como o Coronel Genivaldo destacou, estamos com um trabalho integrado entre Estado e Prefeitura aqui no centro de São Paulo exatamente para que a gente possa ouvir as demandas da comunidade, as demandas da sociedade, de todos os segmentos; e que a gente possa entregar não somente segurança pública, como os demais serviços.

No centro da Capital, as ações integradas já conseguiram reduzir em cerca de 50% os indicadores de roubos e furtos, mas ainda há muito o que se trabalhar, especialmente com relação à demanda de grupos vulneráveis. Então, a gente está aqui à disposição para captar essas demandas; e, seja por meio da Ouvidoria da Polícia, seja por meio dos Consegs, seja por meio das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica ou da própria Secretaria, para coletar acolher e desenvolver novas políticas para atender às demandas de todos. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Benazira fará uma breve saudação de despedida. Fique à vontade.

A SRA. BENAZIRA DJOCO – Bem, Vereadora, Bryan, Leci e Sr. Orlando – que sei que vai chegar depois -: em nome da comunidade, eu gostaria de agradecer esta iniciativa. Estou em uma fase a dizer que agora estamos caminhando; não é, Bryan? Eu sei que os desafios são enormes; mas como o amigo acabou de dizer: os lugares, os pontos, quando se necessita, para que a gente possa estar procurando.

Estendo também o convite à comunidade e à sociedade civil, Vereadora, para que procurem mais vocês durante essa nova fase que se está iniciando. Acho que é a primeira vez

que o Conselho tem um imigrante. Estou falando do Conselho da Presidência da República. Isso está nos deixando muito felizes porque fizemos a proposta de haver um grupo de trabalho aonde queremos levar. Eu também faço esse convite: que possamos levar para o Governo Federal essas pautas e as nossas necessidades e dores.

Como o Bryan bem mencionou, tem Vereadores, tem gente que está colaborando com as emendas. De repente, a gente começa a ter emenda vinda de Brasília – quem sabe? – para que possamos tentar solucionar, porque sabemos que não só a demanda, mas a questão imigratória no Brasil é imensurável. Se a gente sentar aqui hoje, Vereadora, para falar sobre isso, levaríamos tempo.

Concluo dizendo “muito obrigada”. Vamos tomar nota e vamos tentar dialogar para saber como chegar a um final feliz. Então, Vereadora, mais uma vez, muitíssimo obrigada. Parabéns a todos e a todas que estão envolvidos para que possamos estar vivendo em um país saudável. E que não tenhamos mais esses momentos de estar falando: “Isso não está certo”. Que na próxima vez, a gente esteja aqui para celebrar. Muito obrigada. Boa noite e bom evento.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada. Por favor, Sr. Henry Otti.

O SR. HENRY OTTI – Boa noite a todos. Quero agradecer a todos os Vereadores e Vereadoras que estão presentes, especialmente Vereadora Jussara, por esta oportunidade. Vimos para um grito de socorro. Vou falar sobre a cultura africana.

A cultura africana compõe um conjunto de mais de 50 países. Temos um lugar onde atuamos com negócios, na Galeria Presidente, que também é chamada de Galeria do Reggae, onde mais de 80% das pessoas que atuam nessa galeria são africanas e onde se pode achar todo tipo de cultura de países diferentes. Pode-se achar costureiros, cabeleireiros, todo tipo de negócio.

Recentemente, estamos enfrentando muitos problemas por parte da administração da galeria, o que não está sendo explorado. Da maioria das mulheres que fazem negócios, que têm lojas lá, está sendo cobrado um valor muito alto. A maioria delas é de mães solteiras, que

têm filhos para cuidar e não estão conseguindo pagar aluguéis porque estão altos. Há também os preços dos condomínios, aumentando cada vez mais.

Pedimos reunião para conversar sobre essas coisas, mas a administração da galeria não quer negociar, não quer nos ouvir falar. Achamos que isso é racismo, porque todo mundo tem direito de conversar e negociar, mas eles não querem nos ouvir. Estamos sofrendo muito. Os preços estão aumentando, a galeria está morrendo. Da galeria, posso dizer que está quase morta. Cada vez, aluguéis e condomínio aumentam sem justificativa sobre o que se está fazendo com o dinheiro. Há sujeira em todo lugar e somente duas pessoas fazem a faxina na galeria, que tem sete andares. Todo mundo sabe que isso não é possível para duas pessoas somente, porque a galeria é grande. Somente dois funcionários de dia e dois à noite, que recolhem o lixo. O condomínio fica muito sujo, mas o condomínio fica aumentando cada vez mais.

Aqueles que chegaram à galeria em tempos passados, há dez anos, falaram sobre a galeria, sobre como eles chegaram e tudo o que acontecia lá. Porém, tudo mudou. Eu acho que foi por causa da administração e daqueles que estão administrando a galeria. Vimos aqui pedir ajuda do Governo, porque viemos ao Brasil procurando oportunidade e achamos o lugar para fazer um negócio. A maioria das pessoas de lá, como eu falei, são mães solteiras, que não têm quem as ajude. Elas ficam em pé de manhã até a noite, fazendo cabelo, mas, no fim do mês, todo o dinheiro vai para aluguel, ou, às vezes, ainda pegam empréstimo para conseguir pagar aluguel, por causa do aumento do condomínio e também do aluguel que está sendo cobrado. Estamos aqui, pedindo ajuda do Governo, porque fizemos tudo que conseguimos fazer, mas eles não nos dão ouvidos. Também não querem negociar ou conversar com ninguém.

Eu fui lá, conversar com a síndica sobre o aumento do condomínio e ela falou para o segurança chamar a polícia para mim, dizendo que eu fui à loja dela para desacatá-la. Eu falei para ela: “Chama a polícia. Deixa a polícia vir e ouvir a nós dois, para ver quem está errado.”

Estamos pedindo para que o Governo nos ajude, porque o dinheiro que está entrando na galeria não está dando conta. Não sei se vamos ver como eles vão dar isso, para vermos o que eles estão fazendo com o dinheiro e, também, como nós vamos mudar o lugar.

Obrigado a todos e boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Obrigada. Vou pedir, agora, que a Sra. Amanda Cristina, da Defensoria do Distrito Federal, que está *on-line*, faça uso da palavra. (Pausa) Parece que caiu. Vamos esperar que se reestabeleça. A Sra. Luiza, da SMADS, está *on-line*?

A SRA. LUIZA MURAKAMI – Boa noite. É um prazer estar aqui, fazendo parte disto, ouvindo todos esses depoimentos. Acho que é importante destacar que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tem trabalhado, inclusive, em conjunto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, na perspectiva de ampliar e qualificar os seus serviços para a população migrante. Então, temos expandido serviços específicos. A população imigrante tem acessado os nossos serviços nas suas diversas tipologias, desde crianças e adolescentes até serviços de idosos. Eu acho que o caminho é justamente esse. Ouvindo bastante das falas, o que precisamos buscar, como Poder Público, como política pública, é a qualificação desses serviços e essa oferta de uma forma inclusiva.

Então, acho que era isso. Era para registrar, também, a nossa presença, como Secretaria. Vamos ouvir e estar à disposição para qualquer outra dúvida ou para ajudar a compor a Mesa e a trazer esses encaminhamentos para essas falas tão importantes, de pessoas que têm muito mais propriedade no tema e que têm acompanhado um pouco mais de perto essa realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada. Vamos passar, então, para as inscrições. Eu vou pedir para que todo mundo seja muito rigoroso no tempo. São três minutos de fala.

Início chamando a Sra. Ruth Camacho, da Associação de Residentes Bolivianos.

A SRA. RUTH CAMACHO – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Boa noite, Sra. Vereadora. Estou muito contente de estar aqui, com vocês. Meu nome é Ruth Camacho. Eu sou advogada e sou uma boliviana nascida na cidade de São Paulo.

Então, eu venho mais acrescentar às demandas e, ao mesmo tempo, fazer um

questionamento, hoje, obedecendo ao aniversário ou à comemoração ao povo africano, mas eu sinto muita falta de um latino sentado a esta Mesa, porque todas as demandas de todos os imigrantes, como diz o convite, são para os imigrantes refugiados. Eu estou sentindo muita falta de um imigrante latino, porque as nossas demandas são iguais, por mais que nós tenhamos uma facilidade na regularização migratória.

Quando falamos das demandas, de que falta uma paciência da polícia, tanto civil ou militar, para com o imigrante, é uma coisa muito séria e delicada, porque, muitas vezes, os meus amigos, os meus patrícios, falam: “Doutora, eles nos intimidam. Doutora, retiram a nossa mercadoria da rua, onde temos muitas imigrantes africanas vendendo e saindo correndo, porque o pessoal está correndo em cima.” Acontece com as bolivianas, também.

Ao mesmo tempo, outra denúncia que eu quero fazer é o tratamento a nós, mulheres, nas unidades de saúde, a forma com que somos tratadas. Somos deixadas para sermos atendidas por último. Somos tratadas de uma forma muito displicente. Eu, como mulher, me sinto mal. Então, imagino uma amiga, uma irmã que não pode ser atendida, porque não entendem o que ela está falando. O problema dos nascimentos das crianças, da violência obstétrica, é uma coisa que tem me assustado muito. São crianças que nascem com problemas porque não foram atendidas no momento certo.

Então, é uma situação delicada e eu somo as vozes de nós, mulheres bolivianas, mulheres imigrantes, com recorte indígena, porque somos descendentes, sim, de índios. Todo mundo sabe. Eu tenho, aqui, a nossa amiga, a Diana, que representa as mulheres e as empregadas domésticas. Nós estamos com várias mulheres costureiras, que são donas de casa, que são donas dos seus negócios e que são muito maltratadas nas unidades do estado e da Prefeitura. Temos conversado muito com o Bryan.

O que eu venho dizer é isso, Vereadora. Solicito que nós, latinos imigrantes, estejamos juntamente com os nossos amigos africanos, lutando, pedindo pelos nossos direitos. Ao mesmo tempo, por que uma anistia que não venha de Brasília para todos nós, para regularizar essa grande comunidade que ainda não tem a regularização migratória?

Muito obrigada. É só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada. Chamo, agora, para fazer uso da palavra, o Sr. Francisco Freitas, da Facesp, ex-emigrante brasileiro no Japão.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Boa noite a todos e a todas. Quero parabenizar a companheira, Vereadora Jussara Basso, bem como a Leci Brandão e o Orlando Silva, por este momento muito importante.

Quero ressaltar o seguinte: falou-se muito da questão de regularização, de documentação, mas não estamos falando do principal, que é a assistência ao imigrante. Na minha experiência, fiquei 12 anos no Japão. Então, sabemos o que é discriminação, o que é falta de oportunidade, o que é a dificuldade para fazer uma documentação. É óbvio que o Japão, como é um país muito rígido e controlador, consegue ter 99,9% de imigrantes legalizados. É diferente, por exemplo, de Boston, em que nós temos 370 mil brasileiros, indocumentados, sofrendo as piores condições, nos Estados Unidos.

Então o que precisamos encaminhar aqui? Aliás, Jussara, como encaminhamento, indo sem muita dificuldade, é o seguinte: precisamos que esta Casa faça um documento, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, para reunir os estudantes, fazer convênio com as universidades, verificar quais falam a língua, pois são diversas línguas, e alocar esse pessoal nos hospitais, nas prefeituras, a fim de que essas pessoas deem assistência aos imigrantes.

Não adianta ficar só na retórica. Estou vendo muita conversa, desculpem a expressão, muita conversa fiada. Não temos centros de atendimento na maior cidade da América Latina. Não tem! Quais são os documentos que estão traduzidos? Quais são os documentos traduzidos para essa população de imigrantes? Como é que esse povo se comunica? Quais são as condições que o governo brasileiro – e estamos falando do município de São Paulo – está dando para ter essa interlocução, essa integração cultural? Não tem! Portanto, precisamos criar.

É a partir desse mecanismo que vamos ter resultados. Por isso quero parabenizar a Vereadora Jussara por essa brilhante audiência pública.

Só a gente que ficou fora do nosso país, que sofreu as agruras da discriminação e a

falta de oportunidade, é que pode compreender melhor a situação de quem está vivendo esse papel, aqui, no Brasil. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) - O Deputado Orlando Silva não conseguiu chegar até a nossa audiência. Houve atraso no voo, mas ele vai falar conosco *on-line*. Uma salva de palmas.

- Palmas.

O SR. ORLANDO SILVA - Jussara, me ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) - Sim, te ouvimos com clareza.

O SR. ORLANDO SILVA - Em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pela iniciativa. Parei no meio do caminho, porque está muito trânsito, e então acabei subindo no Sindicato para poder fazer minha saudação. Eu não chegaria a tempo para essa excelente audiência pública. Mas quero te cumprimentar pelo extraordinário trabalho que faz como Vereadora de São Paulo. Assim que assumiu o mandato já mostrou capacidade de trabalho, competência, compromisso com o povo, com o povo pobre, com o povo trabalhador, com o povo que precisa de apoio e assistência. Quero dizer do meu orgulho de ter V.Exa. como Vereadora da cidade de São Paulo. Todo nosso povo trabalhador tem de ter muito orgulho de tê-la representando a classe trabalhadora.

Quero também cumprimentar todos que participam da Mesa, em especial o meu amigo Beto, que representa o mandato da Deputada Leci Brandão. É um prazer ter o Beto como companheiro de caminhada, bem como todas as lideranças imigrantes e lideranças populares que participam dessa audiência pública.

Tive a honra, o privilégio, de ter sido o Relator da atual Lei de Imigrações, no Brasil. Todos sabem que, antigamente, tinha o Estatuto do Estrangeiro. E o nome da lei já era revelado do viés, da inclinação, que a lei tinha, tratando os não nacionais, os não nascidos no Brasil, como estranho, como estrangeiro, sendo que, hoje, a Lei de Imigrações, que está vigente, e que tive a honra de escrever, ela reconhece como um direito humano. A imigração existe desde que o mundo é mundo.

Sempre digo que até Jesus Cristo, que é referência no mundo inteiro, nasceu fruto da imigração forçada. Então quando a Bíblia fala do Mar Vermelho que se abriu, era para a continuidade de um processo de imigração.

A nação brasileira é formada por muitos povos e culturas, frutos de imigração, desde a imigração forçada, dos africanos escravizados que vieram para cá, até os europeus, sobretudo os portugueses, que fizeram deslocamentos desde o século XVI, juntando-se aos povos originários do Brasil. Ou seja, a imigração é um direito humano, acontece ao longo de toda a história e o Brasil é uma nação filha da imigração. Todos nós, brasileiros, temos, no nosso sangue, o sangue dos imigrantes que ajudaram a construir essa nação.

Isso aconteceu ao longo do tempo, inclusive recentemente. No período mais recente aumentou a imigração de latino-americanos, são muitos no Brasil. Também de vários povos africanos. Oriundos também de países do Caribe, vindos do Haiti, aliás, uma imigração enorme para cá num dado momento.

Então acredito que o Brasil tem de valorizar a presença dos imigrantes. Sempre digo que é importante conhecer os imigrantes que chegam aqui. Grande parte deles, para não falar todos, com formação escolar, com grande capacidade de trabalho e grande formação profissional, e que tem muito a oferecer ao Brasil.

Esses imigrantes, sabemos bem, vêm para cá, trabalham, ajudam o Brasil a crescer, pagam impostos e, muitas vezes, não têm seus direitos reconhecidos, direitos sociais reconhecidos. A Lei de Imigração determina que tenham esses direitos, mas, na prática, muitas vezes, esses direitos não são reconhecidos. Alguns, aliás, têm problemas de documentação.

Inclusive, fiz um projeto de lei para criar uma anistia que permita regularizar a situação de todos os imigrantes do Brasil. Porque, sem documento, a pessoa não consegue nem abrir uma conta bancária, ou fazer um contrato de aluguel para morar ou para montar o seu negócio. Por isso, é muito importante o acolhimento, bem como criar condições para que os imigrantes possam continuar ajudando a construir o Brasil.

Aliás, temos de ter presente a luta para mudar a Constituição do Brasil. Há duas

emendas para a Constituição que pretendem estabelecer direitos ao voto para quem está no Brasil, imigrante estabilizado no Brasil tem de ter direito a votar, para poder decidir também quem governa o País. Por isso que é tão importante que façamos esse diálogo, essa escuta.

Quero uma vez mais pedir desculpas por não estar presencialmente com vocês, mas vou procurar o gabinete da Deputada Leci Brandão, o gabinete da Vereadora Jussara Basso, para colher e aprender com tudo o que foi falado na audiência pública hoje, saber de todas as opiniões que foram expressas. E assim colher as tarefas que eu tenho de cumprir no Congresso Nacional para que possamos continuar perto, ao lado do Padre Paolo Parise, ao lado de uma série de organizações não governamentais que fazem um trabalho importante de acolhimento e de apoio aos imigrantes, para, assim, exigir, que a cidade de São Paulo, o estado de São Paulo e o Brasil sigam sendo um lugar bom, um bom destino para acolher tantos irmãos que não nasceram aqui, mas que podem somar na construção da nação brasileira.

Muito obrigado. Boa noite. Agradeço, Vereadora Jussara, uma vez mais a vossa iniciativa, também da Deputada Leci Brandão, e contem com o mandato do Deputado Orlando Silva. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) - Muito obrigada, Deputado. Dando sequência às inscrições, quero convidar a Julieta Paredes, do povo indígena Aymara, da Bolívia e do Feminismo Comunitário, para fazer uso da palavra. Muito obrigada. Estou muito honrada de tê-la aqui.

- Início da manifestação proferido em língua estrangeira.

A SRA. JULIETA PAREDES – Companheira, boa noite. Parabéns à Jussara por este espaço e esta iniciativa. Nós, como povos originários indígenas, sem dúvida, que vamos sentir, em nosso corpo as dores de todos os povos: africanos, europeus, mas também da classe trabalhadora que, aqui, está sofrendo, mas também o povo negro brasileiro.

Queremos trazer à memória desse povo que está aqui presente que, nesse território, não existiam fronteiras. Quando foram instituídas as fronteiras é que foram construídos os estados e as nações. O Brasil não existia antes de 1892, se não estou equivocada. Então não

se pode falar que, nesse território, como gente, não acolhíamos. Quando fomos invadidos, a partir de 1492, nós não gritamos mandando embora as pessoas. Nós nos defendemos da violência colonizadora e dominadora da ocupação de nosso território.

Mas o de pele clara que quis construir, e construir conosco, nós construímos. Isso está na história. Mas a outra parte da história tem de ser vista, e é importante para o povo africano lembrar. Quando foi escravizado o povo africano, foi trazido obrigatoriamente aqui, quem é que acolheu? Quem sentiu em sua pele, a pele que estava sofrendo, com vocês, irmãs e irmãos da África? Meus antepassados, meus ancestrais acolheram o povo africano, mas também acolheram as peles claras que queriam ficar aqui.

Então a memória deste território, que nós, dos povos originários aqui presentes, queremos lembrar, é que nós jamais discriminamos. Esse nome “imigrante” não existia. Então, irmãs e irmãos, é importante. Este território aqui não tinha fronteiras, não tinha discriminação, mas não tinha tampouco propriedade privada. Por isso não existia sem teto, sem-terra em todo esse povo, desde o povo Inuítes que estão ao Norte da Abiyala ou América, como chamam, até povos Mapuches que estão no Sul. Temos de lembrar disso para lutar juntas e juntos.

Mas nós, povos indígenas originários que transitamos nestes territórios, nós não somos migrantes, nós não somos imigrantes, nós somos caminhantes. Então, irmãs e irmãos, Vereadora Jussara, não esqueçamos, como povos indígenas – eu sou Aymara -, nós que viemos dos Ayllus, nós que viemos das comunidades, nós que viemos das organizações indígenas e que vivemos como indígenas, este é outro conceito: caminhantes, para podermos entender. E também respeitar nossa cultura, nossas línguas.

Também estamos na unidade com os povos indígenas originários daqui, que ontem foi tirado do Ministério dos Povos Indígenas Originários a possibilidade de fazer a demarcação, como se nós não tivéramos terra. Irmã Vereadora, nós somos deste território, mas agora temos de pedir a um governo, a um estado. Meus parentes Guaranis estão sendo mandados embora, têm de viver com um *nylon*, com um plástico, na rua. Irmã, nós somos deste território. Irmãos africanos, irmãos de outros territórios, nós somos deste território. Está aí a PachaMama que nos

deu esta terra.

Desculpe, irmã, eu passei do tempo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada, mana.

Quero chamar Emeka Ujor, Presidente da Comunidade Nigeriana em São Paulo.

Eu vou levantar quando faltar um minuto e pedir para concluir em três, está bom?

O SR. CHUKWEMEKA UJOR – Boa noite a todas e a todos. É uma honra estar aqui nesta noite.

O que a irmã acabou de falar é a pura verdade.

Os meus colegas já falaram sobre emprego, sobre moradia, segurança, mas eu vim aqui nesta noite para falar sobre trabalho dos imigrantes. Meu irmão que está sentado no cantinho fala sobre atividade lá na galeria. Algum tempo atrás, se não me engano, na época de Presidente Lula, diz que deu uma lei que diz que os imigrantes têm direito de trazer os seus alimentos, pelo menos 30 quilos. Se não me engano, acho que foi ele.

Só que quando a gente chega no aeroporto... Vou reclamar sobre o aeroporto -, não sei se tem alguém aqui da Receita Federal. Quando a gente chega no aeroporto com nossas mercadorias, eles pegam tudo. Você chega com dois ou três malas ou sacolas com mercadorias que você trabalha, a turma lá do aeroporto arranca tudo e deixa você com a mala vazia. É triste, é triste.

Até você fala para eles: “Querido, eu trabalho com isso para alimentar a minha família, para pagar minhas despesas. Deixe eu pagar imposto para levar a mercadoria”. O que eles dizem? “Não, tem que fazer importação.” Quanto vale a importação? Você paga Cofins, Associação dos Aduaneiros, PIS, você paga um bocado de taxas e impostos para tirar a mercadoria de 200 quilos. Você vai vender por quanto? Aí a mesma mercadoria que eles pegam, eles vendem para outra pessoa, mais brasileiro. Eles pegam a mesma mercadoria e leiloam por preço de banana. E você que se arriscou para trazer essa mercadoria.

A gente não está aqui disputando emprego brasileiro. É dar oportunidade para o imigrante trabalhar com o seu próprio vestido ou a sua mercadoria, porque aqui tem população

que precisa. Então eu estou aqui para pedir à Vereadora se é um projeto que vocês vão levar até o federal para que imigrantes possam trazer suas mercadorias, possam pagar imposto lá no aeroporto. Trabalho, senão vai ter problema social na área de trabalho. Aí amanhã todos nós ficamos na fila do INSS. Ou a gente fica sem emprego, ganhando dinheiro do governo. Aí amanhã a gente começa a reclamar.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Vou pedir que conclua, por favor.

O SR. CHUKWEMEKA UJOR – Então é isso que eu estou querendo informar à Mesa. Muito obrigado. Tomara que em breve a gente se encontre de novo para que esse assunto seja sucesso para todos nós. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Iremos nos encontrar e a demanda será passada ao Deputado Federal Orlando Silva.

Eu vou pedir para que Keder, líder comunitário e ex-conselheiro municipal do imigrante, faça uso da palavra; e para que Arlindo Amaro, arquiteto e urbanista do Ipiranga se prepare para falar em seguida.

O SR. KEDER LAFORTUNE – Boa noite a todas e todos. Meu nome é Keder Lafortune, estou cursando Direito na Faculdade Zumbi dos Palmares, uma das faculdades que leva o nome de um preto que lutou pelo Brasil.

Quero agradecer à Bianca, do gabinete da Jussara, que me convidou. É um prazer estar aqui. Ah, você está aqui. Um abraço.

Quero mencionar uma coisa para vocês que eu acho um pouco hipócrita, porque a África, na realidade, a Mãe da Humanidade, não deve ter nenhum dia. Não é um dia do ano que você vai falar que o Dia da África e se reunir por isso. Eu espero que esse respeito, essa integração, essa inclusão seja todo dia, mas não só um dia que vão escolher que seja 25 de maio.

Porque às vezes, mesmo no mercado de trabalho, o negro pode ter toda a competência do mundo, pode ter toda a capacidade do mundo, e o cara vai ser o último a ser promovido. E você sabe em que você vai ser primeiro? A ser demitido. Então isso é uma coisa

que não pode existir. Se você está procurando competência, não pode existir. Nesse sentido, eu penso, está cheio de autoridade aqui, que eu estou em boas mãos. Eu espero que vocês levem isso aonde devem, está bom?

Além disso, temos nossos irmãos que estão trabalhando no Brás e na Rua 25 de Março, que isso tem a ver diretamente com o Município de São Paulo. Eles não estão fazendo isso, nenhuma pessoa, com o sol desse jeito, nenhuma pessoa vai correr num sol desse jeito, no frio, na chuva... É porque tem necessidade de verdade. Mas, quando a pessoa pega tudo o que tinha ali, é um desastre total não só para ela, mas para todas as famílias. Eu também fui vítima quando eu fui aprovado em um concurso para fazer um estágio na DPE, e a única desculpa foi por eu ser imigrante haitiano. Eu fiz uma prova de mais de cinco horas, fui aprovado, mas, porque eu não sou imigrante português – todas as mensagens estão no meu *e-mail* –, eu não consegui estagiar na DPE.

Eu tinha muito mais o que falar, mas o tempo é curto.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos. Sou o Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Tudo o que se falou aqui eu achei ótimo, muito bom, porque é a vida da minoria. A cidade de São Paulo tem 4,5 milhões de pessoas da raça negra, e o Brasil tem 53% de pessoas da raça negra, mas nós somos a minoria aqui nesta Casa, que deveria estar superlotada. A participação da sociedade é fundamental. Nós temos que discutir tanto nas audiências públicas regionais como aqui nesta Casa, que representa o povo, que tem representantes eleitos pelo povo e que têm que cumprir o dever de fiscalizar o seu próprio governo; isso em todas as esferas, na federal, na estadual e na municipal.

A Constituição Federal garante igualdade, mas nós não temos. O artigo 3º cita a raça negra, além da existência de vários decretos. O que não falta neste país, portanto, são leis. Agora, o que falta é o seu cumprimento.

Eu sou o Arlindo e, como homem negro, eu não posso ser um arquiteto, um advogado

ou um médico? Mas, por que não? O preconceito está em todo lugar, em todo canto. O que precisa é a raça negra tomar uma posição, levantar a cabeça e se reconhecer como gente e ser humano. Eu costumo até falar grosseiramente que o Estado Democrático de Direito, por definição, se chama morte, já que é direito de todos morrer. Por isso, não adianta ter a cabeça erguida e se achar dono de tudo, porque daqui ninguém leva nada.

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor da Cidade de São Paulo falam sobre moradia e condições de trabalho. Agora estão construindo *lofts*, casas de 30 metros quadrados chamadas de HIS. Mas isso não é para pobre, porque são 30 metros quadrados de construção nos Jardins, no Ibirapuera, na Avenida Faria Lima. Portanto, não se mora em HIS, se mora em *loft*, porque HIS é para o fundão, para Pirituba, para o Valo Velho, para onde é jogada a pobreza. O Plano Diretor está revisando a Lei de Zoneamento, as zonas de uso dos eixos estruturais de transporte público vão ser alterados, e as pessoas da raça negra vão ser jogadas mais para lá, onde não tem emprego.

Por isso, pelo amor de Deus, participem das audiências da Revisão do Plano Diretor, porque senão nós vamos estar apostando no quanto pior, melhor para os nossos filhos e os nossos netos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Registro a presença da Nilda Neves, do Movimento pelo Direito à Moradia, e do Tonhão.

Uma salva de palmas para esses companheiros lutadores.

- Aplausos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Tem a palavra o Sr. André Ancelmo, Conselheiro Municipal de Saúde e membro do PSB Inclusão.

O SR. ANDRÉ ANCELMO DE ARAÚJO – Boa noite. Eu acho que já foi falado bastante sobre alguns aspectos, como trabalho e moradia, mas ainda não foi falado sobre saúde, um direito fundamental sem o qual a gente não consegue avançar, viver, se desenvolver nem gerar um futuro para as nossas famílias.

Eu acho que a gente ainda está pecando, Vereadora Jussara, porque, mesmo que tenha uma lei que trate de imigração na cidade de São Paulo, de 2016, que garante uma divulgação acessível dos serviços, ou seja, na língua dos imigrantes, a gente ainda vê que há gestantes que não têm acesso ao pré-natal até o final da gestação na cidade de São Paulo. Isso, às vezes, se dá por falta de conhecimento do serviço. A cidade de São Paulo, portanto, precisa avançar nesse aspecto.

Sobre um ponto já abordado aqui, o emprego, a cidade de São Paulo é um dos maiores contratantes de serviços de terceiros, serviços de tudo quanto é tipo. Mas, então, por que a cidade de São Paulo não pode fixar para aquelas empresas que licitam com ela a contratação de um percentual de pessoas imigrantes? O que a gente não quer é que as pessoas vivam de subemprego e tenham que ficar andando lá no Brás para cima e para baixo, sob sol e sob chuva, carregando peso, quando ninguém quer mais fazer isso, para ganhar de 50 a 70 reais por dia, sem fundo de garantia, sem INSS, sem direito à aposentadoria ou a um convênio médico, sem direito a comprar uma casa e de dar estudo aos filhos. O que nós precisamos efetivamente é de alternativas para garantir que essa população de migrantes, imigrante, refugiados e apátridas consiga realmente acolhida e viver com qualidade.

Neste ano, a cidade de São Paulo vai gastar 19 bilhões de reais em saúde. Então, não dá para alegar que não tem dinheiro para produzir um material informativo para a comunidade refugiada sobre os serviços e como acessá-los para conseguir viver com mais qualidade aqui.

De verdade, eu gostaria que V.Exa., Vereadora Jussara, que tem essa disposição, juntamente com o representante a Secretaria de Direitos Humanos, pensasse alternativas para que essas comunidades consigam acessar as informações em tempo oportuno e para que a cidade de São Paulo consiga colocar em prática aquilo que já está previsto desde 2016 na Lei dos Imigrantes.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Muito obrigada.

Tem a palavra a Sra. Sheila Cristina, representante da galeria e da luta dos imigrantes por direitos.

A SRA. SHEILA CRISTINA – Boa noite a todos. Eu agradeço a todos a presença.

O nosso problema é simples: pessoas querendo trabalhar, dispostas a reconstruir a vida após a pandemia, mas só que não temos apoio.

No dia de hoje, um dia especial, quando se comemora o Dia da África no Brasil, nós estamos passando privações. Nós não temos acesso à saúde e à educação. Nós somos cinco galerias com mais ou menos 20 imigrantes; eu trabalho mais com imigrantes e já trabalhei com bolivianos. Dentro do meu estabelecimento, imigrantes trabalham dez horas, com uma hora de almoço. Na nossa rua, outras mulheres chegam a trabalhar 17 horas, com um horário que vai das 7h às 22h; ou seja, ainda hoje tem gente lá que trabalha quase 20 horas. Então, estamos, sim, desamparados.

Agradeço à Leci, à Jussara, à Ouvidoria e a todos que abriram a porta para nós hoje, quando começa uma história diferente que nós vamos escrever juntos. Nós precisamos do Estado, nós precisamos da Prefeitura, precisamos das Ouvidorias, precisamos da Zumbi do Palmares, nós necessitamos reconhecer o nosso lugar. Eu agradeço a todos. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Tem a palavra a Sra. Laudiceia Borges para fazer uso da palavra.

A SRA. LAUDICEIA BORGES – Boa noite à Mesa. Boa noite, Vereadora. Leci Brandão, um abraço para você. Orlando, que não está aqui, a minha fala é muito simples. Eu como uma mulher preta, idosa, já que sou, venho pedir aqui um pouco mais de respeito com as mulheres negras, seja do Brasil, ou não, somos todas mulheres, ficamos idosas e estamos abandonadas. O descaso que eu vejo há muito tempo com os imigrantes é muito grande e aqui é o Brasil acolhedor. Eles entram aqui, mas são maltratados, são pessoas, são seres humanos igual a todos vocês.

Então, já que temos autoridade nessa Casa, que pode levar adiante esses pedidos, que lutem e façam valer a lei e dê o direito para eles, já que eles têm, e que seja usufruído com

respeito, dignidade, porque essas pessoas, como já falei, são seres humanos e merecem o nosso respeito. Essa é a minha fala. Boa noite a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Tem a palavra a Sra. Maria Luciana para fazer o uso da palavra, depois a Sra. Diana Soliz, Diretora Imigrante Indígena do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo.

A SRA. MARIA LUCIANA – Boa a todos. Eu quero falar uma coisa para os imigrantes: não pensem vocês que é só vocês que passam por humilhação, por discriminação, não, eu nunca saí daqui, e provavelmente vou morrer no Brasil. É uma discriminação contra a própria população nativa daqui do Brasil. As mulheres, então: você é velha, você é negra, você é nordestina, você é isso, é aquilo, entendeu. E outra coisa, o que se nota na imigração, você vê chineses ali na Paulista, na Brigadeiro, a grande maioria que está aqui, pelo menos que eu sei, tem lá suas vendas, suas coisas, entendeu. E os judeus. Estão lá os guetos, Higienópolis, Alto de Pinheiros, a imprensa, o poder financeiro, na mão deles, a lavagem cerebral que eles fazem, entendeu.

E outra coisa, às autoridades que estão aqui, eu moro na Vila Mariana, não sou proprietária do imóvel, me penduro lá com meu irmão na Vila Mariana. O meu irmão também não é proprietário, ele presta serviço para uma pessoa. E agora você vai fazer a ficha lá na UBS, ali da Vila Mariana, ou lá embaixo no posto da Santa Cruz, você tem que levar um documento que você é proprietário do imóvel, ou se você paga aluguel, levar o contrato. Quando você sair já tem de comunicar imediatamente lá, que é para você ir para outro lugar, é só isso, ninguém vê nada, ninguém fala nada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Sra. Diana, por três minutos.

A SRA. DIANA SOLIZ SORIA DE GARCIA – Boa noite a todos os Vereadores e Vereadoras. Boa noite à Mesa toda e aos que estavam na Mesa e que saíram também. Eu sou a Diana Soliz, sou boliviana, 27 anos em São Paulo, estou como Diretora Imigrante Indígena do Sindicato dos Trabalhadores do Município de São Paulo, mas o meu trabalho não é só com imigrantes, é com brasileiras também. Eu me inscrevi só para falar para a Mesa e para as

autoridades que estão aqui que não é só os direitos humanos que podem resolver, não é só o Ministério da Cultura que pode resolver, não é só o Ministério da Saúde. Tem que se juntar todos os Ministérios, se juntar para fazer umas reuniões, assim como hoje, um evento grande, magnífico, todas as falas foram maravilhosas, mas tem que se juntar tudo e chamar pelo menos um representante de cada país, porque nós imigrantes não queremos ser tutelados. Nós imigrantes temos voz, nós sabemos falar e queremos participar da Mesa, das discussões de vocês. Não são só vocês que vão decidir o nosso futuro. Nós também podemos fazer parte, decidir o que nós desejamos, porque ninguém sabe o que o imigrante sente aqui dentro. Não tem um brasileiro que vai falar por nós, não; nós queremos decidir, junto com vocês, o que é bom para nós e o que é bom para o Brasil.

E sobre a votação, o voto, muita gente fala que temos que nos nacionalizarmos para poder votar. Não, eu não concordo. Eu quero continuar sendo do meu país, porque eu vou me nacionalizar, só para votar? Eu moro há 27 anos no país e eu acho que tenho direito, pelo menos de votar na cidade que eu moro. Eu quero saber quem vai nos representar no país, na cidade, em políticas públicas? Porque não é só em São Paulo, é em nível nacional, porque temos imigrantes em outros estados que também estão passando necessidade e ninguém fala.

Então, as políticas públicas têm de ser em nível nacional e somos nós imigrantes que temos que pedir isso e participar das eleições que estão chegando, porque só assim vamos poder saber o que acontece no país, o que eles estão decidindo por nós, e não deixar só eles decidirem por nós. Nós temos voz, estamos aqui. Tem gente que tem profissão e não pode fazer nada, tem que trabalhar como trabalhador doméstico. Temos no Sindicato médicos, enfermeiros, advogados, que estão trabalhando como cuidadores de idosos. Por quê? Por causa da burocracia da documentação. Isso tem de acabar e temos que dar valor aos nossos estudos que tivemos em nosso país. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Basso) – Encerramos as inscrições e para encerrar esta audiência pública, que acho que foi de suma importância, precisamos deixar claro que todas as Secretarias e todos os mandatos aqui presentes: a Mandata Municipal, Jussara Basso; a

Mandata Estadual, Leci Brandão e o Mandato Federal, Orlando Silva, estarão acolhendo todas as informações, todas as denúncias e todas as demandas, dando sequência àquilo que é necessário.

Eu quero salientar às manas, a todes, que são imigrantes bolivianos e de outros países que vieram aqui que, hoje, especialmente, foi uma audiência pautada pela Galeria Presidente, porque estamos no Dia da África, mas sem deixar de lembrar que o direito de todos os imigrantes que estão hoje morando no nosso país, no nosso município, e que nos ajudam todos os dias nessa luta para a construção desta cidade, que nós esperamos que um dia se torne uma cidade acolhedora, porque não o é, deve ser visto e iremos chamar outras audiências.

Hoje é muito importante lembrar que nós: mulheres e homens negros, nascidas e nascidos neste país, somos consequência de uma imigração forçada através dos imigrantes da África, que foram trazidos dos países africanos e escravizados até aqui. E hoje nós nos revoltamos ao perceber que infelizmente ainda não somos capazes de acolher aqueles e aquelas que construíram com suor e sangue este país.

É dessa forma que eu encerro esta audiência para dizer que nós precisamos lutar pelos direitos dos nossos, independentemente de que país vieram, independentemente de que língua falam, porque nós que somos periféricos, moramos na periferia de São Paulo, pelas periferias do Brasil, ainda nos sentimos órfãos da pátria brasileira, porque a gente ainda não é visto como cidadão e cidadã deste país. A nós é reservado o quatinho da empregada, o servir o café, o varrer o chão, e quando ocupamos o lugar de fala precisamos colocar que os nossos direitos precisam ser garantidos porque enquanto não houver direitos a todos e a todas estaremos em luta constantemente.

É por isso que hoje eu ocupo essa cadeira: para dizer que nossos direitos precisam ser preservados e que seja dessa forma: com luta, com sangue, com suor.

Muito obrigada pela presença de cada um e cada uma aqui. (Palmas)